

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Crise vai levar à reconfiguração das concessões de infraestrutura.....	2
Título: Destaques	3
Título: Curtas	4
Título: Privatização pode trazer flexibilidade à Nuclep, diz CEO.....	5
Título: Kroma quer sócio para usina solar em PE.....	6
Título: Curtas	7
Título: WTI tem em abril o pior mês da sua história	8
Título: Retomada de leilões em portos deixa de fora megaterminal em Santos.....	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: O petróleo e as distorções da pandemia	12
Título: Crise deve gerar corrida por tarifa social de energia	13
Título: Projetos tentam facilitar acesso a desconto.....	15

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/05/2020****Seção: Brasil****Autor: Por Lu Aiko Otta — De Brasília****Título: Crise vai levar à reconfiguração das concessões de infraestrutura**

A crise provocada pelo coronavírus levará o governo a mudar a configuração das concessões em infraestrutura, disse ao **Valor** a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier. Além do cronograma de leilões, as premissas de demanda e investimento precisarão ser adequadas.

O governo deverá, ainda, facilitar a entrada dos investidores financeiros nas concessões. São os que hoje detêm liquidez, enquanto os operadores de infraestrutura enfrentam dificuldades para pagar empregados e honrar dívidas.

“A crise nos faz pensar na revisão de regras editalícias e de contrato”, afirmou. “Quanto mais os operadores forem afetados em seus fluxos de caixa, em sua capacidade de investimento, mais será importante buscar o investidor financeiro, o capital que está em busca de retornos e bons projetos.”

A disputa por esse capital promete ser acirrada no pós-pandemia. Esse é um dos motivos que fez acender os sinais de alerta na área econômica quando começou a ganhar força uma discussão sobre o reaquecimento da economia pela via do investimento público, no plano Pró-Brasil.

“É preciso tornar o ambiente de negócios cada vez mais propício e mostrar que somos uma nação que não vai quebrar”, disse a secretária. A manutenção do teto de gastos é um importante sinal nessa direção, afirmou.

As medidas de combate à pandemia vão elevar a dívida pública brasileira para perto de 90% do Produto Interno Bruto (PIB). “Não temos condições fiscais para abraçar um grande plano de investimentos com recursos públicos.”

O programa de concessões ganha ainda mais importância na retomada, avalia a secretária. Só no Ministério da Infraestrutura, estima-se que haja R\$ 250 bilhões em investimentos a serem contratados com os leilões programados até 2022.

Todo o esforço é para manter o cronograma tal como estava antes do início da crise, disse Martha. No entanto, setores mais afetados poderão precisar de mais tempo. Na área de **Minas e Energia**, por exemplo, os leilões de óleo e gás e os de geração e transmissão de energia tiveram seu calendário suspenso. A área de telefonia, por outro lado, vive um aumento de demanda e os preparativos do leilão da internet 5G prosseguem.

Outro setor negativamente afetado é o aéreo. O governo tem programado para este ano o leilão de concessão de 22 aeroportos nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste.

Já há clareza sobre algumas alterações que serão necessárias. Por exemplo, rever a exigência de participação mínima de 15% dos operadores aeroportuários nos consórcios. E alterar a programação de investimentos exigidos em contrato.

As regras das concessões exigem a manutenção de um determinado nível de serviço e conforto no aeroporto, o que é definido pela quantidade de passageiros. “A demanda projetada para 2021, com certeza, está errada”, afirmou a secretária. “O quanto, não sabemos.”

Há muitas incertezas quanto ao uso dos aeroportos após a pandemia. Não se sabe em quanto tempo os voos serão retomados, nem se eles voltarão à quantidade de passageiros de antes da crise. É possível que o uso de tecnologias de comunicação imposto pela pandemia reduza o fluxo de passageiros em rotas como Rio-São Paulo, por exemplo.

Por causa da queda na demanda, o Tribunal de Contas da União (TCU) orientou o governo a rever as projeções de fluxo na rodovia BR-153 em Goiás e Tocantins, a primeira concessão rodoviária na fila de leilões. O mesmo deverá ser feito com o trecho da BR-163 no Mato Grosso e no Pará. A rentabilidade implícita nos preços mínimos de pedágio poderá ser elevada, para atrair o investidor financeiro.

O primeiro teste do apetite dos investidores são os leilões de portos, mais adiantados. Serão oferecidos, por exemplo, três terminais de combustíveis em Itaquí, no Maranhão, um de veículos em Paranaguá, no Paraná, e um celulose em Santos, em São Paulo.

Os leilões de rodovias e aeroportos já estavam programados para o segundo semestre. A área técnica segue com os preparativos para manter as condições de realizá-los, se as condições de mercado permitirem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/05/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Covid-19 nas plataformas

O total de profissionais com covid-19 que atuam na área de óleo e gás e que acessaram instalações marítimas de exploração e produção (E&P) soma 339 pessoas, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Os dados são relativos até sexta-feira. Segundo a autarquia, essas pessoas fazem parte do total de 771 casos confirmados da doença entre empresas de exploração e produção de óleo e gás. A agência contabilizada ainda 1660 casos suspeitos nessas companhias. Não há registro de mortes por covid-19 entre profissionais da área de E&P ou que tenham acessado instalações marítimas.

Desembarque obrigatório

No sábado, a Sapura, empresa brasileira especializada em serviços submarinos, fruto da parceria entre as companhias internacionais Sapura Energy e Seadrill, informou ter identificado sete casos de covid-19 no navio de lançamento de dutos flexíveis (PLSV) Sapura Jade, que está atracado na Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), em Vitória (ES). De acordo com a ANP, nas unidades marítimas, o protocolo de segurança determina o desembarque, além dos sintomáticos, de toda e qualquer pessoa que teve contato com casos confirmados. A operação é interrompida nos casos em que não é possível manter a equipe mínima para a atividade segura.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	04/05/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Prejuízo da Exxon

A petrolífera Exxon Mobil registrou prejuízo de US\$ 610 milhões no primeiro trimestre. O resultado, segundo a companhia, foi afetado negativamente em US\$ 2,9 bilhões devido à reavaliação dos estoques feita em decorrência da queda do preço do petróleo e de baixas contábeis. Desconsiderado esse fator, a Exxon Mobil teria lucro ajustado de US\$ 0,53 por ação. No mesmo período de 2019, a companhia lucrou US\$ 2,35 bilhões, ou US\$ 0,55 por ação. A receita caiu de US\$ 63,63 bilhões a US\$ 56,16 bilhões. A expectativa de analistas era que a companhia tivesse lucro de US\$ 0,01 por ação e receita de US\$ 53,5 bilhões.

Junto com os resultados, a Exxon Mobil informou uma redução de 30% nos investimentos previstos para 2020, para US\$ 23 bilhões, devido à atual situação do mercado global. A companhia também espera uma queda de 15% nas despesas operacionais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Privatização pode trazer flexibilidade à Nuclep, diz CEO

Incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), a Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep) teve sua previsão de privatização adiada pelo governo, de janeiro de 2021 para o segundo trimestre do mesmo ano, devido aos efeitos da crise. Para o presidente da companhia, Carlos Henrique Seixas, a depender do modelo que for adotado pelo governo, o processo pode ser benéfico à empresa, cuja fábrica, localizada em Itaguaí, no litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro, completará 40 anos de funcionamento nesta semana.

“O PPI [Programa de Parcerias de Investimentos] vai decidir qual será a linha de ação a ser adotada. Ela poderá ser muito favorável para a empresa”, afirmou o executivo, ao **Valor**. “O parceiro privado pode nos dar a flexibilidade que não temos. O fato de ter entrado no PND, dependendo do estudo que for feito e da linha de ação que for adotada, pode, sim, ser benéfico para a empresa. Vejo com bons olhos como algo que vai ajudar a empresa no futuro”.

Principal fornecedora de componentes para a indústria de energia nuclear do país, a Nuclep aguarda a definição pelo governo para a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3 e de outros projetos do tipo no futuro. Enquanto isso, a empresa diversificou sua atuação e iniciou este mês a fabricação de torres para o segmento de transmissão de energia.

Seixas explica que a entrada no setor de transmissão tem o objetivo de ampliar e garantir maior previsibilidade ao faturamento da estatal. A expectativa é que o faturamento cresça dos R\$ 146 milhões previstos para este ano, para R\$ 200 milhões em 2021 e R\$ 300 milhões no ano seguinte, impulsionado principalmente pelo mercado de torres transmissão, que possui demanda reprimida, fruto das concessões contratadas nos leilões realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nos últimos anos. A companhia já possui encomendas da empreiteira Tabocas e do grupo Neoenergia.

“As torres de transmissão vão dar o faturamento mensal que precisamos para manter a empresa capacitada para construir os equipamentos para usinas

nucleares e o submarino de propulsão nuclear da Marinha, que precisa de uma tecnologia que nós temos”, completou Seixas. Segundo ele, a Nuclep possui uma certificação americana que a credencia para fazer equipamentos e soldas especiais para o segmento nuclear.

As torres de transmissão serão produzidas no parque fabril da companhia, situado em uma área de 1 milhão de metros de quadrados. A capacidade da linha de montagem de torres, atualmente de 12 mil toneladas ao ano, deverá crescer para 30 mil toneladas por ano, em setembro, com a chegada de novas máquinas. O investimento na aquisição dos equipamentos foi da ordem de R\$ 9 milhões.

Em outra frente, a Nuclep está construindo uma parte do reator do protótipo do submarino de propulsão nuclear em desenvolvimento pela Marinha, cujo contrato foi assinado no ano passado. A empresa também está construindo uma máquina de mineração de 1.600 toneladas para a Thyssenkrupp, uma torre de processos para a Petrobras e um condensador para Angra 3.

Ele prevê tempos difíceis devido à crise. “Vejo duas vertentes [para a Nuclep]: a Marinha, com o submarino de propulsão nuclear, e as torres de transmissão. Para o restante, acredito que haverá retração”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Kroma quer sócio para usina solar em PE

O grupo nordestino Kroma Energia busca um investidor para assumir participação majoritária em um complexo de geração de energia solar que será construído no interior de Pernambuco. Chamado de São Pedro e Paulo, o empreendimento possui cerca de 80 megawatt-pico (MWp) de capacidade e venceu contrato de fornecimento de energia em leilão realizado em 2018. O investimento previsto no projeto é de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões.

“Somos um desenvolvedor de projetos, especialista em leilões. E aí chamamos para dentro [do projeto] geralmente um grupo capitalizado de geração e fazemos essa composição. Esse é o nosso negócio”, disse Rodrigo Mello, fundador e presidente da Kroma Energia. Segundo ele, a estratégia da empresa é ficar com cerca de 20% de participação no projeto. “Depende da negociação. [O percentual de participação] pode variar”.

A ideia é replicar modelo adotado para o complexo solar de Apodi, de 162 MWp, no Ceará. O projeto, que entrou em operação em novembro de 2018,

tem como principal investidor a petroleira norueguesa Equinor. Hoje, a Kroma possui 12,5% do projeto.

Segundo Mello, o grupo possui cerca de 4 gigawatts (GW) de projetos em carteira para desenvolver a partir de leilões de energia no ambiente regulado ou por meio de contratos de longo prazo com consumidores no mercado livre.

Com relação ao projeto de São Pedro e São Paulo, a ideia é iniciar as obras em novembro. O parque está previsto para entrar em operação em 2022. O projeto conta ainda com um contrato de longo prazo com um grande consumidor no mercado livre.

Segundo Mello, a empresa trabalha na engenharia financeira do empreendimento. Uma alternativa estudo é acessar o BNB.

Especializada em comercialização de energia, a Kroma, que possui uma carteira de 450 clientes no mercado livre, prevê um faturamento de R\$ 1 bilhão em 2020, em linha com o alcançado no ano passado. A previsão inicial era de aumento do faturamento este ano, porém a projeção mudou em função da crise, que afeta diretamente o consumo dos clientes.

Com relação à crise, Mello reconhece as dificuldades, mas defende que as soluções sejam negociadas entre as partes, evitando-se a judicialização. “O setor de energia é especialista em administrar crises. Acho que é por causa da volatilidade do mercado”.

O executivo diz ainda que a crise pode estimular e acelerar a abertura do mercado de energia, para clientes de porte cada vez menor. Segundo ele, por exemplo, as pessoas estão aumentando o contato com a digitalização e isso, em sua visão, é um caminho sem volta. “Vamos sair dessa pandemia com a população bem mais aberta a mudanças”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/05/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Lucro da Chevron cresce

O lucro da petrolífera americana Chevron cresceu 36% no primeiro trimestre, para US\$ 3,6 bilhões. A receita da companhia, no entanto, recuou 10,5%,

para US\$ 31,5 bilhões, acompanhando a queda do preço do petróleo, principalmente em março, com o avanço da pandemia. O lucro por ação da Chevron foi de US\$ 1,93, ante os US\$ 1,39 apurados um ano antes. As vendas caíram 13,1%, para US\$ 29,71 bilhões. A expectativa de analistas consultados pela FactSet era de lucro de US\$ 0,65 e vendas de US\$ 29,1 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/05/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: WTI tem em abril o pior mês da sua história

O mercado internacional de petróleo encerrou em abril aquele que pode ter sido - se não o pior - um dos piores meses de sua história. Diante da crise econômica global desencadeada pela pandemia da covid-19, a demanda pela commodity entrou em deterioração e o preço do barril do tipo Brent voltou a cair no mês (4%, a US\$ 25), após um primeiro trimestre fraco. O setor entra em maio Tateando no escuro, com sinais de flexibilização nas medidas de isolamento social, na Europa, mas sem nenhuma clareza sobre como se dará a curva da retomada. A expectativa é que o cenário de baixa nos preços perdure ao longo de 2020, exigindo cortes de produção não por parte dos principais países exportadores, como também das multinacionais.

Enquanto o caixa das petroleiras sangra e as receitas com royalties encolhem os cofres públicos, a boa notícia está na redução dos preços dos combustíveis. Em meio à desvalorização da commodity, a Petrobras cortou em 18,8% os preços do diesel e em 15,4% o litro da gasolina nas refinarias.

A consultoria MacroSector estima que a queda dos preços da gasolina para o consumidor final foi de 9% em abril, ante março, enquanto para o diesel a redução foi de 8%. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o preço da gasolina atingiu, na semana entre 19 e 25 de abril, a média de R\$ 3,992 o litro - o patamar mais baixo, em valores nominais, desde a semana entre 12 e 18 de novembro de 2017. No caso do diesel S10, a média de R\$ 3,346 o litro foi a mais baixa, sem correção monetária, desde o período entre 24 e 30 de dezembro de 2017.

Abril foi um mês histórico. O preço do barril do tipo WTI, utilizado como referência nos Estados Unidos, entrou, pela primeira vez, no terreno negativo, cotado a menos US\$ 37,63 no dia 20, devido a um colapso nos mercados futuros - uma corrida entre operadores para se desfazer de contratos do WTI para maio, às vésperas do vencimento, em meio a sinais de estoques muito elevados.

Embora tenha voltado ao azul nos dias seguintes, o WTI para junho fechou abril com retração de 23,1%, descolando-se do Brent - referência global que, por sua vez, chegou a cair abaixo dos US\$ 20 pela primeira vez desde 2002.

Os números dão a tônica do que foi o mês para a indústria petrolífera. A estimativa da Agência Internacional de Energia (AIE) era de que o consumo global de petróleo registraria em abril contração de 29 milhões de barris diários, na comparação com igual mês de 2019, voltando aos patamares de demanda mais baixos desde 1995. Foi em meio a esse cenário que o diretor-executivo da agência, Faith Birol, disse que abril “poderia se mostrar o pior mês da história” para a indústria de óleo e gás. Os dados da demanda efetiva, no mês, ainda estão sendo consolidados.

Diante da queda do consumo, a Petrobras chegou a anunciar corte na sua produção, de 200 mil barris/dia. Abril foi também o mês em que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (Opep+) chegaram a um acordo para cortar em quase 10 milhões de barris diários a oferta de petróleo em maio e junho.

Diante dos altos estoques acumulados no mercado, porém, o anúncio pouco produziu efeitos sobre os preços da commodity. Para os próximos meses, a tendência é que a volatilidade continue acentuada e os preços continuem baixos, frente a compressão da demanda. A AIE estima que o consumo global deverá cair 9,3 milhões de barris/dia em 2020, um recorde. A sobreoferta continuará a demandar cortes adicionais. Nesse sentido, grandes petroleiras, como BP e a americana ConocoPhillips já sinalizaram a intenção de reduzir suas respectivas produções.

“Maio ainda deve ser um mês complicado. O mercado só vai se normalizar a medida em que os países forem gradualmente saindo de suas respectivas quarentenas. Mesmo assim, essa retomada será devagar e a tendência é que algumas empresas cortem suas produções para evitar o colapso das estocagens. E esse volume estocado vai ter que voltar ao mercado uma hora, achatando os volumes de produção ao longo do ano”, comenta o chefe de pesquisa da área de exploração e produção de petróleo da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis.

Em seu cenário de referência, a Bain & Company, por exemplo, projeta que a capacidade de estoque global de petróleo atingirá o limite em três meses e que a demanda mundial cairá 21 milhões de barris/dia no segundo trimestre. Nem no cenário mais otimista a consultoria prevê crescimento da demanda até o primeiro trimestre de 2021. A Bain & Company projeta que o preço do Brent ficará na faixa de US\$ 10 a US\$ 15 o barril durante o segundo semestre. Com uma visão um pouco mais otimista, a Fitch Ratings estima que o Brent chegará

ao fim do ano ao preço de US\$ 35 o barril. Para 2021, a estimativa é de US\$ 45 o barril.

O minério de ferro com teor de 62% fechou abril a US\$ 82,75 a tonelada no porto chinês de Qingdao. No mês, a commodity ficou praticamente estável. No ano, a perda está em torno dos 10%

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/05/2020

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Retomada de leilões em portos deixa de fora megaterminal em Santos

O governo planeja leiloar 15 terminais portuários até dezembro. O calendário é parte do esforço do Ministério da Infraestrutura para afastar a percepção de que 2020 será um ano perdido para o programa de concessões.

A lista de ativos não inclui, porém, a oferta do maior terminal de combustíveis do país, operado pela Transpetro, no Porto de Santos. O certame ficou para 2021, e servirá de teste para medir o ânimo do investidor após a fase crítica da pandemia. O secretário nacional de portos do ministério, Diogo Piloni, considera o arrendamento do terminal como um importante sinal de retomada do programa de concessões.

A consulta pública sobre o novo modelo de contrato para o Terminal de Granéis Líquidos da Alemoa (STS08), que envolve a etapa de preparação da licitação, será iniciada nesta semana. As contribuições do setor serão recebidas até 17 de junho.

Apesar dos efeitos da crise, o presidente do Porto de Santos, Fernando Biral, afirmou ao **Valor** que o setor está “bastante otimista” com os leilões de arrendamento programados deste ano. No caso do terminal operado pela subsidiária da Petrobras, o executivo avalia que a licitação chamará a atenção de grupos de maior porte, capazes de levantar recursos para cobrir o investimento da ordem de R\$ 1,2 bilhão, exigido no novo contrato.

“A área da Alemoa é uma das principais do Porto de Santos, pela sua dimensão e também por concentrar grande parte da armazenagem e distribuição de derivados de petróleo”, afirmou Biral, que acaba de assumir a presidência da administração do porto organizado, a Santos Port Authority. Até então, ele atuava como diretor de administração e finanças da corporação e agora assume o lugar do ex-presidente Casemiro Carvalho.

Biral afirma que os efeitos da pandemia não foram percebidos no Porto de Santos até o fim de abril, com alguns indicadores preliminares apontando para o “melhor quadrimestre da história” em movimentação. “A gente não sentiu a crise até agora”, comentou. Ele, porém, disse já ter recebido informações de que o trânsito de navios cairá a partir de maio, especialmente aqueles com carga vinda da China.

Para dar uma ideia do porte do terminal Alemoa, o diretor de desenvolvimento de negócios do Porto de Santos, Bruno Stupello, citou, em entrevista ao **Valor**, que a Transpetro movimentou 6,5 milhões de toneladas de derivados de petróleo em 2019. Isso equivale a 52% de toda a movimentação desse tipo de carga no Porto de Santos no período. Entre os produtos movimentados em operações de importação e exportação, estão o diesel, a gasolina e o gás de cozinha (GLP).

Stupello avalia que o arrendamento do principal terminal de granéis líquidos deve atrair grupos que atuam tanto em cadeias verticalizadas do setor de petróleo, a exemplo da Petrobras, como os grandes operadores portuários com ou sem presença no mercado brasileiro.

Para dar mais eficiência e ampliar a concorrência no embarque de combustíveis em Santos, o governo decidiu fazer a oferta do terminal em duas áreas separadas (STS08 e STS08A). O custo mensal do arrendamento deve sair por R\$ 16 milhões para os novos operadores, em contratos de 25 anos.

O terminal operado pela Transpetro tem um área total de 443 mil metros quadrados (m²), a ser dividida em 137,3 mil m² para o STS08 e 305,6 mil m² para STS08A. Hoje, o empreendimento conta com uma capacidade de tancagem de 345 mil metros cúbicos (m³). Com a chegada do novo investimento, isso deve ser ampliado para 450 mil m³. O principal investimento será a construção de dois novos berços de atracação.

Stupello ressalta que a Transpetro mantém a operação do terminal com os sucessivos contratos de transição, em caráter “precário”. Segundo ele, isso permitiu a manutenção dos serviços com um nível baixo de investimento.

O Ministério da Infraestrutura prevê que, entre os 15 arrendamentos de áreas programados para 2020, seis terão o edital de leilão publicado ainda neste mês - são dois terminais de celulose, em Santos, e quatro de granéis líquidos, no Porto de Itaquí (MA). Falta ainda o Tribunal de Contas da União (TCU) liberar os estudos de quatro terminais, sendo dois de granéis minerais e vegetais, em Aratu (BA), um de granéis líquidos, especialmente ácido sulfúrico, de Maceió, e outro de granéis vegetais, em Santana (AP). Os demais passam por ajustes finais para entrarem em audiência pública.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 04/05/2020**Seção:** Notas e Informações**Autor:****Título:** O petróleo e as distorções da pandemia

Como se quisesse trazer à realidade todos os que, em alguma medida, relativizam os fatos, a pandemia do novo coronavírus vem gerando consequências absolutamente inéditas, nos mais variados setores. Há alguns dias, foi a vez do petróleo. Pela primeira vez na história, preços de algumas classificações da principal matéria-prima mundial ficaram negativos. O dado é tão insólito que merece explicação. A pandemia do novo coronavírus gerou uma forte e abrupta queda na demanda de petróleo. Isolamento social e proibição de viagens, com menos deslocamentos de carro e menos aviões voando, são alguns dos exemplos de como a crise atual afeta o consumo de petróleo.

Estima-se uma redução de até um terço da demanda global do óleo em relação ao período anterior à pandemia. Além disso, o setor do petróleo tem duas especificidades que agravaram a queda repentina da demanda. Diferentemente do que ocorre em outras áreas, reduzir a produção de petróleo é um processo lento e, em alguns casos, virtualmente irreversível. Por exemplo, a interrupção da produção em um poço antigo pode ocasionar a despressurização do campo, o que exigiria, para retomar a produção, injetar pressão artificialmente. Em muitos casos, isso envolve um investimento desproporcional ao retorno esperado.

O diretor executivo da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), Fatih Birol, informou que as reduções na produção devem começar a surtir efeito apenas em maio e, mesmo assim, em escala insuficiente para reequilibrar imediatamente o mercado. A complicar o quadro, a capacidade de estocagem de petróleo é limitada e, em muitos países, está muito próxima do seu limite. O banco Morgan Stanley estima que os estoques em Cushing, principal centro de estocagem nos EUA, podem chegar ao limite de capacidade até junho. Segundo a Reuters, cerca de 160 milhões de barris estão armazenados em navios tanque, um número recorde.

No auge da crise financeira iniciada em 2008, 100 milhões de barris estavam armazenados em navios. Fontes do setor avaliam que a capacidade dos navios petroleiros está próxima – seria questão de semanas – do seu esgotamento. A inédita distorção ocorrida no dia 20 de abril, com preços negativos de petróleo West Texas Intermediate (WTI) para contratos futuros para maio, foi resultado desses três fatores: queda repentina da demanda de óleo, lenta e difícil redução da produção e dificuldades de armazenamento da quantidade excedente.

A distorção de preços é ainda mais significativa por ter ocorrido dias depois de um acordo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e Aliados (Opep+) a respeito da redução da produção de petróleo. Resultado de longas negociações, o chamado Acordo de Páscoa foi considerado histórico pelo secretário-geral da Opep, Mohammed Barkindo. EUA, Rússia e Arábia Saudita chegaram a um consenso sobre a necessidade de conter a queda dos preços do óleo no mercado mundial, com um corte equivalente a 10% da oferta global. O Acordo de Páscoa foi tratado neste espaço no dia 21 de abril (Trégua no mercado de petróleo).

Ressalvando que não representava o fim das tensões geopolíticas que crispam as relações entre alguns países-membros da Opep+, dissemos que a trégua pontual poderia ajudar a diminuir a alta volatilidade do setor observada nos últimos dois meses. É de reconhecer que, no dia em que foi publicada a nota, essa previsão sobre a capacidade de o acordo gerar maior estabilidade no mercado havia sido superada por fatos mais recentes. O que se tem visto é uma forte oscilação do preço do petróleo.

No dia 22 de abril à tarde, por exemplo, os preços da commodity estavam em ascensão, ainda que em valores historicamente muito baixos. A crise da covid-19 afeta, em proporções inéditas, a economia, com efeitos sobre a oferta e a procura, a produção e o consumo. Longe de ser um convite ao relaxamento das medidas de enfrentamento ao novo coronavírus, tal cenário reforça a necessidade de prudência e bom senso, também para retificar quando for necessário.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/05/2020

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Crise deve gerar corrida por tarifa social de energia

Total de famílias cadastradas no programa pode dobrar e chegar a 17,6 milhões, o que pode exigir mais R\$ 3 bi em gastos do governo

O governo terá de aportar mais recursos para bancar a conta de luz da população de baixa renda se não quiser onerar as tarifas dos demais consumidores. As dificuldades econômicas decorrentes da pandemia do novo coronavírus levaram milhões de pessoas a atualizar seus dados no Cadastro Único do Ministério da Cidadania. Com essa corrida, a expectativa é que o número de famílias aptas ao programa Tarifa Social quase dobre, dos atuais 9,4 milhões para 17,6 milhões, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Considerado o padrão de consumo dos atuais beneficiários, isso exigiria um valor adicional

entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 3 bilhões para o programa em 2020. Ao todo, o programa custaria R\$ 7 bilhões neste ano e R\$ 5,2 bilhões em 2021.

O programa Tarifa Social concede descontos escalonados na conta de luz de consumidores de baixa renda – de 65% para os primeiros 30 kWh consumidos; 40% de 31 kWh a 100 kWh; 10% de 101 kWh a 220 kWh; zero a partir de 221 kWh. Indígenas e quilombolas têm isenção até 50 kWh, com descontos de 10% a 40% para consumos superiores até 221 kWh. Para ter direito ao benefício, é preciso estar inscrito no Cadastro Único. A família precisa também comprovar renda per capita de até meio salário mínimo. De onde vem o dinheiro. Até o início da pandemia, o programa era integralmente bancado pelos consumidores de todo o País. O custo para este ano, de acordo com orçamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), seria de R\$ 2,66 bilhões. Esse dinheiro é arrecadado mensalmente nas tarifas de energia.

Na prática, os consumidores residenciais, comerciais e industriais pagam um valor a mais para permitir os descontos concedidos aos mais pobres. Para ajudar a combater os efeitos da covid-19 sobre a economia, o governo decidiu isentar, por três meses, a conta de luz dos consumidores cadastrados no programa Tarifa Social. Essa decisão exigiu aporte de R\$ 900 milhões do Tesouro, autorizado pela Medida Provisória 950. Foi a primeira vez que a União contribuiu com o pagamento do benefício desde 2015, mas o valor já era insuficiente para cobrir todo o gasto para o período, estimado em R\$ 1,2 bilhão. Os R\$ 300 milhões que faltavam virão de sobras de um fundo setorial. O problema é que esse aporte de R\$ 900 milhões foi calculado considerando o universo de beneficiários já atendidos, de 9,4 milhões de famílias – cada residência receberá, em média, R\$ 133 nesse período, ou R\$ 44,44 por mês.

O governo sabia que esse anúncio poderia gerar uma corrida de inscrições no programa, mas optou por esperar os números se concretizarem para poder avaliar o cenário. Considerando o número de cadastros atualizados e aptos a obter o benefício, 8,6 milhões de novas famílias poderão entrar no programa, o que custaria mais R\$ 3 bilhões neste ano. Com a isenção das contas de luz entre abril e junho, seria preciso encontrar R\$ 1,8 bilhão extra para bancar as tarifas desses novos beneficiários por três meses. Uma vez inscritos no programa, passariam a ter direito aos descontos de 65%, 40% ou 10%, conforme a faixa de consumo, a exemplo dos 9 milhões que já recebem o benefício. Isso exigiria R\$ 1,266 bilhão a mais entre julho e dezembro. Procurado, o MME informou que, confirmado o aumento de beneficiários, vai buscar, com a Aneel, outras fontes de recursos para custear o programa e reduzir o impacto ao consumidor. “A agenda do MME e da Aneel é trabalhar com ações para reduzir o custo da energia”, informou. Entre as fontes em estudo estão taxas do próprio setor hoje são usadas para outros fins. Nesse caso, seriam necessárias alterações legais para redirecionar os recursos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/05/2020****Seção: Economia****Autor: A.W.****Título: Projetos tentam facilitar acesso a desconto**

Há iniciativas no Congresso para facilitar o cadastro dos beneficiários no programa Tarifa Social. Projeto de lei relatado pelo deputado Leo Moraes (Pode- RO) estabelece o cadastro automático das pessoas que possam fazer jus ao benefício. Hoje, após a inscrição no Cadastro Único, é preciso solicitar o benefício à distribuidora. O deputado também apresentou proposta que amplia o desconto de 40% para a 70% (para quem consome de 31 a 100 kWh) e de 10% para 40% (101 a 220 kWh). As concessionárias, durante a pandemia, facilitaram o pedido do desconto, que pode ser feito online.

Distribuidoras de Pernambuco, Maranhão, Bahia e Rio Grande do Norte, por exemplo, orientam como fazer a solicitação em suas páginas na internet – mais da metade das famílias beneficiadas mora no Nordeste. Hoje, as empresas estão proibidas de cortar a luz de clientes inadimplentes. Moraes é relator da Medida Provisória 950, que trata do programa Tarifa Social. O texto recebeu 180 emendas, sendo que muitas ampliam o escopo de inclusão e os descontos. Ele deve definir na próxima semana, com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a tramitação da MP. O texto já está em vigor, pois MPs têm força de lei na data da publicação, mas precisa ser aprovado em 120 dias. Caberá a Moraes elaborar o parecer sobre a matéria.

MME / ASCOM .